



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 098

QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 87, DE 1981 (CN)

Da Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 26, de 1981, que "altera a redação do art. 210 da Constituição".
Relator: Deputado Igo Losso

De iniciativa do nobre Deputado Haroldo Sanford, a Proposta sob nosso exame, dispondo sobre o número de deputados na Legislatura a iniciar-se em 1983, não apresenta, preliminarmente, eiva de inconstitucionalidade, nem contraria a doutrina jurídica, fiel, ademais, à técnica legislativa, conformando-se às exigências dos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 47 da Constituição.

Diz o art. 210 da Carta em vigor:

"Art. 210. Na aplicação do disposto no § 2.º do artigo 39, para a legislatura a iniciar-se em 1979, não haverá redução do número de deputados de cada Estado, fixado para a legislatura iniciada em 1975."

A Proposta do nobre representante cearense substitui aquelas datas por 1983 e 1979, respectivamente, prorrogando a vigência daquele mandamento transitório por mais uma legislatura.

O caput do art. 39 limita o número de representantes em 420 deputados enquanto o § 2.º confia à Justiça Eleitoral o estabelecimento da proporcionalidade, em cada legislatura, para que nenhum Estado tenha mais de cinquenta e cinco ou menos de seis deputados.

Salienta, na Justificação o autor da proposta que "se for aplicado o § 2.º do art. 39 da Constituição, Estados desmembrados

perderão Deputados em sua bancada na Câmara Federal, e, conseqüentemente, por força do § 6.º do art. 13 da Lei Magna, terão diminuído o número de Deputados Estaduais em sua Assembléia Legislativa".

Dai porque propõe o revigoramento do art. 210, a fim de que os Estados mantenham sua atual representação.

Ora, o art. 210 incluído como disposição geral e transitória, teve o intuito de evitar redução durante a legislatura em que houve a alteração constitucional impondo o teto de 420 representantes. Porque haveria um impedimento ao cumprimento do artigo 39, § 2.º sem configurar-se uma cassação de mandato, o que não sucede agora.

Por outro lado anunciam-se emendas constitucionais visando à alteração daquele teto para mais, hipótese mais viável para atender aos propósitos da presente proposta.

Achamos inconveniente perpetuar, mediante revigoramento, disposições transitórias, que atendem a anteriores situações, de fato.

E, assim embora, na preliminar reconheçamos a constitucionalidade da matéria, somos, no mérito, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição n.º 26, de 1981.

Sala das Comissões 27 de agosto de 1981. — Senador **Pedro Simon**, Presidente — Deputado **Igo Losso** Relator — Deputado **José Penedo** — Senador **Moacyr Dalla** — Senador **Jutahy Magalhães** — Senador **João Lúcio** — Senador **Martins Filho** — Senador **Benedito Canelas** — Senador **Agenor Maria** — Senador **Jorge Kalume** — Senador **Gastão Müller**, Voto vencido — Senador **José Fragelli**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 198ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1981

Sessão Solene Destinada a Recepcionar o Senhor Júlio Cesar Turbay Ayala, Presidente da Colômbia.

2 — ATA DA 199ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Ordens do Dia baixadas pelo Sr. Ministro da Marinha, referentes ao encerramento do 1º Curso de Adaptação ao Quadro Auxiliar Feminino de Praças e ao Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Apelo aos Bancos Central e do Brasil em favor da destinação de crédito suficiente para o atendimento aos pequenos e médios produtores agrícolas.

DEPUTADO ROBERTO CARDOSO ALVES — Observações sobre o mérito de projeto de lei que versa sobre prorrogação de mandatos de diretórios partidários, examinado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Medidas a serem anunciadas pelo Senhor Presidente da República objetivando soluções para a crise no sistema previdenciário.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Reparos a tópicos do discurso do Sr. Deputado Jorge Uequed.

DEPUTADO JORGE VIANA — Considerações sobre o problema financeiro da Previdência Social.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA, como Líder — Apreciação do pronunciamento do seu antecessor na tribuna.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

Referente à substituição de membros em comissão mista.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1981, que altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 168 da Constituição Federal. Votação adiada por falta de *quorum*.

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1981, que altera a redação do § 11 do artigo 153 da Constituição Federal. Votação adiada por falta de *quorum*.

2.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA
Diretor¹ Executivo

FRANCISCO O. P. MARÇAL
Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 800,00
Ano Cr\$ 1.600,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 2.500,00
Ano Cr\$ 5.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 10,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 198ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO.

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E os Srs. Deputados

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nêlio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel

Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Osian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faústino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldino Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Cristóvam Chiaradia — PDS; Dário Távares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marisé — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcelos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José-Freire — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio

Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Sady Marinho — PDS; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rorôndônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro aberta a sessão destinada a recepcionar Sua Excelência o Senhor Julio Cesar Turbay Ayala, Presidente da Colômbia.

Encontra-se no Edifício do Congresso Nacional nosso ilustre visitante.

Para introduzi-lo neste plenário, designo comissão constituída pelos Líderes dos partidos políticos, representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. *(Pausa.)*

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Presidente Julio Cesar Turbay Ayala, ocupando, na mesa, o lugar que lhe está reservado à direita do Sr. Presidente Jarbas Passarinho.)

(São executados, nas galerias, os Hinos Nacionais da Colômbia e do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Gilvan Rocha, que, em nome do Senado Federal, saudará Sua Excelência o Senhor Presidente da Colômbia.

O SR. GILVAN ROCHA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Xavier de Albuquerque. Srs. Embaixadores Estrangeiros. Srs. Ministros de Estado. Srs. Senadores. Srs. Deputados. Srs. Oficiais-Generais. Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores. Minhas Senhoras. Meus Senhores. Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala,

Quando Vossa Excelência pisou o solo brasileiro, no primeiro contato de um Presidente constitucional da Colômbia com o nosso País, certamente a primeira impressão foi a de familiar alegria, ao visualizar paisagens, trajes e rostos muito semelhantes aos da sua terra.

É que na América Latina temos esta vantagem e privilégio: aqui as fronteiras entre países são muito mais marcos simbólicos do que sinais de efetiva separação.

Quis nossa destinação histórica que, formados na mesma época, educados na mesma fé e saborosamente misturados nas mesmas expressões e sota-

ques de línguas quase gêmeas, pudéssemos formar a maior e mais fraterna comunidade territorial do Mundo.

Esta nossa vantagem e privilégio é, porém, nosso maior desafio. Se somos irmãos pela origem, pelas crenças, pela formação histórica e sobretudo por este traço ímpar que se convencionou chamar de *latinidad*, somos, na prática, parentes distantes no nosso relacionamento.

Por tudo isso, Senhor Presidente Turbay Ayala, a sua presença no Congresso Nacional do Brasil transcende o formalismo de uma recepção a um ilustre Chefe de Estado de uma nação amiga, para se transformar num memorável encontro de interesses, muito aproximados dentro desta predestinação a que nos reservou a História.

Representa Vossa Excelência mais um elo poderoso da sólida corrente que há de se construir abaixo do Rio Grande, firmado no respeito mútuo, na sólida amizade, nas características comuns, mas, sobretudo, na certeza de que o nosso batismo como "novo mundo" não foi uma singela nomeação, mas um vaticínio do nosso futuro.

Aqui na América Latina, a natureza nos fez preparados para este mundo novo, colocando em nossas mãos praticamente todas as riquezas conhecidas: da maior reserva florestal do Universo ao petróleo, do urânio ao gás natural, do ouro ao ferro, do manganês ao cobre, do alumínio ao carvão, tudo isso sob a maior e mais rica área agricultável existente.

Nosso dever primeiro, donatários de tamanha riqueza, é preservá-la e utilizá-la na medida em que possamos transformar nossos campos e os metros cúbicos de nossas jazidas, não em índices numéricos, tão ao gosto dos tecnocratas ditos desenvolvidos, mas naquele mais importante indicador que um pensador jesuíta chamou de "índice de felicidade por quilômetro quadrado" de um povo.

Sabemos, Senhor Presidente, das dificuldades desta transformação de riquezas potenciais em ventura coletiva, mas rejeitando a espoliação e o mercantilismo impiedosos como procedimentos éticos, haveremos de nos impor como um continente de paz e prosperidade.

Este desafio é tanto maior quanto sabemos que é falsa a concepção de uma natureza feita de homens armados de garras e ódios. Não mais se acredita, como nos primeiros períodos do evolucionismo, na exclusividade da conservação das espécies através da competição, ou da lei dos mais fortes.

A cooperação e o altruísmo sempre foram tão ou mais importantes para a sobrevivência de grupos do que o antagonismo e o egoísmo.

É esta sobrevivência por cooperação que temos que perseguir, pois a natureza nos comprova que o homem é um animal cooperativo e que os impulsos que o levam a agir de modo inverso surgem sempre da pressão social que lhe empurra a níveis subumanos.

Dai por que os problemas sociais que permanecem irresolvidos em nossos países e a presença constante e desafiadora de zonas de miséria e indigência em nosso continente não nos tornam derrotistas nem subjugados a um falso determinismo.

Habitantes desta terra de Canaã, rejeitamos o chamado "Darwinismo Social", que tenta impingir conceitos maliciosamente distorcidos para aplicá-los em nossa sociologia política.

Os apologistas destas idéias e da definitiva superioridade do Hemisfério Norte são os mesmos que desde o Século XIX defendem a guerra e a violência e que insinuem a eliminação dos mais fracos como a chave da civilização, postulando, na prática, que a maioria dos povos subdesenvolvidos têm que, para sempre e obrigatoriamente, sujeitarem-se aos economicamente mais fortes. Segundo eles, a lei da seleção natural, operando na sociedade humana, assume a forma de uma competição que permite a prosperidade somente aos mais fortes, sendo reservada aos mais fracos a continuidade da miséria. Estas idéias, que distorcem a teoria da evolução humana, chegam ao sórdido requinte da postulação de que, se a evolução tende a melhorar a espécie, os que são socialmente inaptos devem perecer; e se o processo evolutivo é um bem, o ato de ajudar os inaptos a perecer poderá ser um ato de virtude.

Quando sabemos que, somente no ano de 1979, os gastos dos dois grandes grupos mundiais em armamentos chegaram a 446 bilhões de dólares, e que a ajuda ao desenvolvimento do resto do Mundo não chegou a 6% desta cifra, vemos quanto está longe o sonho da fraternidade mundial e como os que ainda crêem na "lei dos mais fortes" correm o risco do desaparecimento, tragados pela sofisticação dos seus próprios artefatos bélicos.

É bom lembrar a estes grupos de sempre, que se travestem de ideologias antípodas para pensar da mesma maneira, que este "Darwinismo Social" é uma aberração teórica que forneceu uma pseudobase científica às teorias de superioridade que terminaram levando a humanidade ao sacrifício e à hecatombe da II Guerra Mundial.

As teorias sociais e o próprio acompanhamento da trajetória da humanidade jamais confirmaram esta esdrúxula idéia de que a livre competição eli-

mina ou subordina os estratos mais inferiores da sociedade por uma fatalidade social.

O que degrada o Homem, o que o empurra para os mais baixos níveis não é a competição de classes através de uma seleção natural, mas a miséria crônica, a pobreza com seu séquito maldito de conseqüências e a desnutrição, esta sim, responsável por linhagens de débeis e inabilitados, presas fáceis do apelo à violência e da chantagem dos que mercadejam sonhos a serem trocados pela liberdade e pelo livre arbítrio.

Rejeitamos também, Senhor Presidente, a afirmativa prepotente e elitista de que é impossível o estabelecimento de democracias estáveis na América Latina, pois para isso não estaríamos "preparados".

Basta lembrar a estes equivocados "evolucionistas" que a democracia constituiu-se num dos primeiros condutos da organização social humana, desde aquela noção clássica da participação de todos na coisa pública, como na *polis* grega.

Não sendo uma invenção, a democracia não possui paternidade teórica; sendo uma lei atávica, corresponde naturalmente à nossa superioridade animal.

Os que insistem na tese do nosso despreparo democrático o fazem certamente porque sabem que a democracia plena é o único mecanismo eficaz contra o abuso do poder, e que a maior virtude democrática não é escolher os que parecem ser os melhores, mas derrubar os que se provam despreparados, prepotentes e corruptos.

Perdoe-me, Senhor Presidente Turbay Ayala, se rompo a norma de uma saudação amena ao recebê-lo em nome da República Federativa do Brasil.

É que Vossa Excelência é um estadista. E os estadistas falam e gostam de ouvir verdades.

Quando em nome dos meus companheiros dizemos do duro desafio para os latino-americanos construírem a prosperidade e a justiça social é porque sabemos que Vossa Excelência é um realista, homem afeito ao trato político por mais de quarenta anos, e que, praticamente, inaugurou um novo estilo de política latino-americana, em sua memorável participação na Conferência de Chanceleres de Washington no ano de 1958, ao pregar um trato multilateral para as Américas.

Quando na saudação que dirigimos a Vossa Excelência, e nos referimos com tanta ênfase à necessidade de uma ordem democrática não adjetivada para a América Latina, é que sabemos ser Vossa Excelência um cultor da participação e das liberdades públicas.

Imberbe ainda, Vossa Excelência já participava de movimentos cívicos contra o conservadorismo ortodoxo.

O convívio com o apostolado liberal fez Vossa Excelência conhecido como expoente do liberalismo no Mundo.

Não daquele liberalismo que era a filosofia dos abastados no século XIX, nem aquele liberalismo do nosso Benjamim Constant, que era "uma forma de proteger os cidadãos contra o governo". Mas daquele neoliberalismo moderno que cultiva a liberdade de participação e que pretende vencer o desafio da justiça social com paz e liberdade.

Excelentíssimo Senhor Turbay Ayala:

O Congresso Nacional do Brasil aqui está reunido em sua honra. Cá estão representadas as qualidades, virtudes, temperamentos e comportamentos do povo brasileiro.

Aqui somos pacíficos como seus ancestrais Chibchas da Nova Granada, criativos como os Quimbayas, explosivos como José Maria Vargas Vila, oníricos e fantásticos como Gabriel Garcia Marques, barrocos como os Figueroa, românticos como Guilherme Holguim, nacionalistas como Simón Bolívar. (*Muito bem! Palmas.*)

Na nossa democracia social, construída pela espontaneidade do nosso temperamento, estamos pacientemente construindo nosso futuro no lento convencimento aos poderosos que o nosso sangue latino não se harmoniza com o autoritarismo e com o arbítrio.

Nossa alegria ao recebê-lo, Senhor Presidente Turbay Ayala, transborda o cerimonial e se torna palpável, porque Vossa Excelência, como nós, é bem um representante do inconformismo, da sensibilidade, na extroversão, do humanismo e do sentido de liberdade dos latino-americanos.

Porque Vossa Excelência, Senhor Julio Cesar Turbay Ayala, é um dos nossos.

Sinta-se em casa, Senhor Presidente da República da Colômbia. (*Muito bem! Palmas prolongadas*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Edison Lobão, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. EDISON LOBÃO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Wilson Marchezan. Sr. Presidente do Su-

premo Tribunal Federal, Ministro Francisco Xavier de Albuquerque. Srs. Embaixadores Estrangeiros. Srs. Ministros de Estado. Srs. Senadores. Srs. Deputados. Srs. Oficiais-Generais. Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores. Minhas Senhoras. Meus Senhores. Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Doutor Júlio César Turbay Ayala.

O Brasil e a Colômbia são nações plasmadas na dignidade telúrica da Amazônia, ambas identificadas por irretratável determinismo forjado pelas forças do futuro. E integrando o conjunto continental do imortal genovês Cristóvão Colombo. As nossas pátrias trazem a soberba beleza da Escola de Sagres, no esplendor do Renascentismo, e da qual advieram as aventuras oceânicas vitoriosas, até que um sol, um grande sol de sonhos e esperanças que não se desfizeram, calcinasse a imagem fascinante das Américas, enquanto nós outros — colombianos e brasileiros — constatamos que já éramos parceiros da vida e da posteridade.

Orgulho-me por falar em nome do Parlamento diante de Vossa Excelência, Presidente Julio César Turbay Ayala, cuja postura de estadista define a ardorosa generosidade colombiana, onde há um povo idealista e pacífico, e onde também os Andes corporificam o perfil bíblico de um púlpito, pelo qual fala Bogotá, na sonoridade de uma voz soberana.

Única nação da América Meridional que se acalenta com o jogo melódico dos dois grandes oceanos, o Atlântico e o Pacífico, ali está — numa das extremidades da pátria de Vossa Excelência — a cidade de Letícia, secular lenda dourada, e hoje um posto avançado de idéia e ação, e que é, à margem do rio Amazonas, a porta fidalgamente aberta para o Brasil, quando se juntam e se confundem os sentimentos nacionais de ambas as nações.

Habitamos, Senhor Presidente, a mesma Casa da História, porque as nossas raízes, definidoras de uma antropologia cultural, estão deitadas no chão milenário do europeísmo ibérico. E se arrostamos os mesmos percalços, inspirados pela honra do independentismo, já nos basta saber que o Brasil e a Colômbia integram a sociedade internacional, como forças partícipes junto à comunhão dos povos. E quando o Novo Mundo madrugava para a extensa peregrinação da História, já acolhíamos as cintilações de egrégio poder espiritual, de Camões na Lusitanidade e Cervantes na Hispanidade. Não houve fenômenos nevoentos que viessem a turvar a carta náutica que nos serviu, quando estava presa na mão de nossos avoengos a bússola que nos conduziria às conquistas do humanismo, da prosperidade e da paz.

Saudar Vossa Excelência e a sua ilustre comitiva é missão que cumprio com especial agrado, convencido, como estou, do elevado significado que tem sua visita para dar continuidade ao processo de intensificação de nossas relações, para estreitar as afinidades existentes entre os dois países, nascidas das mesmas fontes do coração e da cultura, para a criação de uma nova rede de entendimento, para robustecer um diálogo que, arrojado em seu escopo, amplo e imaginativo em suas intenções, traduzo, em sentido e grandeza, propostas de convívio sólido e bem estruturado.

Esta honra faz-se ainda maior pela oportunidade que me é dada de ressaltar todas as coincidências de herança, forma, tempo, modo e espírito que nos avizinham, nossa proximidade nos mapas, na história, na confluência dos interesses, na certeza de um indivisível destino de grandeza, do qual resulta a garantia de reiterar a existência de uma perspectiva de fraternidade continuamente enriquecida, em face dos imperativos de admiração e apreço que o povo brasileiro dedica ao povo colombiano.

Seja-me permitido diagnosticar, Senhor Presidente, a decisão de nossos povos de se unirem cada vez mais na empresa justa de porfiarem pela paz e pelo progresso, de construírem uma nova teoria de cooperação e aliança, de saberem evoluir na direção e no ritmo das complexas reivindicações da História.

Sobram razões para que nossos países mais se conheçam e com acrescido empenho ampliem as suas relações recíprocas.

Não estivéssemos ligados por tradições e pela cultura, pela vocação dos ideais americanistas, pelas grandes afinidades espirituais, estaríamos vinculados pela geografia, neste mesmo Continente, numa fronteira de extensão superior a mil e seiscentos quilômetros, a unir-nos pela notável bacia hidrográfica do Amazonas, como a nos exigir uma gradual cooperação, uma irreversível caminhada pelos amplos condutos do entendimento, uma inalterável disposição ao diálogo e ao compromisso.

Vale particularizar que a profundidade e a abrangência dos laços que unem nossos povos, já existentes no período colonial, começaram a acentuar-se durante as lutas da independência, quando, não por simples gesto de aventura, mas guiado pelo pensamento da liberdade, o General brasileiro José Inácio de Abreu e Lima, em 1819, combateu ao lado de Bolívar e de Santander, ajudando, em Ponte de Boyacá, a América a plasmar a imagem de sua eternidade.

Convoco a memória de Abreu e Lima, como símbolo da longa e fraterna amizade entre brasileiros e colombianos — sentimento que levou o velho soldado brasileiro a confessar, em carta escrita em espanhol, já estando de volta à sua terra natal:

“Hice de Colombia mi Pátria, assisti a la infancia de Colombia en Nueva Granada, soy de los pocos de Boyacá... Tengo orgullo de haber servido a Colombia.”

Mais tarde, em 1853, o Conselheiro Miguel Maria Lisboa, talvez um dos primeiros brasileiros a escrever sobre os povos amazônicos de língua espanhola, assinalava a semelhança entre os modos de viver de nossas gentes, destacando a natural cordialidade do povo colombiano.

Nessas condições, os vastos espaços vazios que a natureza estabeleceu entre nossos países nunca foram empecilhos para a comunicação espontânea e fraternal que sempre marcou, através dos séculos, o íntimo entendimento entre nossos povos.

Com efeito, a amizade jamais estremecida através da história vai ganhando cada vez maior dimensão, e se estreitará ainda mais, estou seguro, com a ocupação efetiva dos espaços amazônicos de nossas fronteiras e com o aumento da intensidade e da frequência dos contatos entre colombianos e brasileiros.

No contexto desse pensamento, desejo situar a excelência de nossas atuais relações, a coincidência de nossas posições nos foros internacionais, os sistemas de integração regional que estamos a instalar, o crescimento e a consolidação da cooperação colombiano-brasileira, nosso propósito de desenvolvimento em favor do homem, o impulso preestabelecido para o progresso, a realização de projetos comuns no âmbito da Amazônia, a colaboração em assuntos culturais, científicos e tecnológicos, o estabelecimento de empresas de capitais mistos, a dinamização do intercâmbio comercial, a formulação de políticas que assegurem interconexões rodoviárias, fluviais e aéreas.

Dentro de uma visão continental própria, resalto a contribuição do Brasil e da Colômbia para o fortalecimento da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada, em 1980, pelo Tratado de Montevidéu, bem como o empenho pessoal de Vossa Excelência, estadista com uma trajetória de valiosas contribuições para a causa da solidariedade americana, no sentido de crescente aproximação dos países latino-americanos com as nações signatárias do Acordo de Cartagena.

Destaco, em hora própria, o ajustamento de nossas posições nas organizações cafeeiras, a disposição que nos anima, na qualidade de maiores produtores mundiais do produto, de colaborar, à luz dos superiores interesses dos dois países, para o fortalecimento da economia do café, a ação que temos empreendido em prol de uma salutar e justa comercialização desse importante item de nossas exportações.

É-me sumamente grato mencionar, com especial relevância, a adesão da Colômbia ao Pacto Amazônico, feliz iniciativa da Chancelaria brasileira, “importante instrumento para a preservação e exploração racional dos vastos recursos naturais da região”.

Destina-se o Tratado de Cooperação Amazônico, efetivamente, a dar substância às aspirações do desenvolvimento da área, a dinamizar econômica e socialmente os espaços amazônicos, a criar, nos imensos territórios da grande bacia hidrológica, os fundamentos de uma verdadeira civilização tropical, a abrir, enfim, para os caminhos da História, o que antes era apenas geografia, descontraída e solitária.

Sabemos, Senhor Presidente, o muito que temos obtido na linha da solidariedade continental. Mas queremos que a alta dose de afetividade e confiança que nos une seja sempre o propulsor de nossa aliança, voltada para os nobres e legítimos interesses dos nossos povos.

Somos conhecedores, Senhor Presidente Turbay Ayala, do veemente esforço de Vossa Excelência e de seu Governo na edificação de uma sociedade que, sem romper as linhas fundamentais de sua tradição espiritual e ética, sem se afastar das matrizes de sua cultura, corresponda, em termos de progresso material e desenvolvimento social, às justas aspirações do povo colombiano.

Acompanhamos atentamente e com admiração a evolução do processo social em seu país, os construtivos esforços de sua população no caminho do futuro, sua luta pelo desenvolvimento, seu propósito de reduzir as disparidades regionais, sua decisão de não recuar diante dos obstáculos conjunturais, comuns a nossos países, e que ousam retardar os nossos objetivos de bem-estar e prosperidade.

Não julgo necessário enfatizar, Senhor Presidente, a relevância histórica, social, política e econômica da Colômbia no cenário latino-americano e mundial.

Com uma área de cerca de 1 milhão e 150 mil quilômetros quadrados, quarto país mais extenso do Continente americano, e uma população próxi-

ma dos 27 milhões de habitantes, sob a lúcida e dinâmica liderança de Vossa Excelência, a pátria colombiana — onde muito alto é o voo da beleza — está a moldar seu próprio destino, está a concretizar a grande aspiração americana de desenvolvimento e justiça social.

Sabemos que, no campo da solidariedade e da integração latino-americana, em coerente linha de ação, segue Vossa Excelência as diretrizes que defendeu na ONU, como Embaixador do seu país, como Ministro das Relações Exteriores, cargo que honrou e dignificou durante o período presidencial de Alberto Lleras Camargo, ou como Senador da República.

Há vinte anos, Senhor Presidente, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores de seu país, teve Vossa Excelência a oportunidade de visitar o Brasil e, mais precisamente, esta cidade de Brasília, que nasce.

Pulsa em meu espírito a certeza de que terá então Vossa Excelência comprovado não somente as íntimas afinidades espirituais, semelhanças de formação, de comportamento e de vontade, entre nossos povos, mas terá também sentido a natural vocação do povo brasileiro ao diálogo, à busca do entendimento e da cooperação com as demais nações latino-americanas.

É com este espírito que o Brasil, fiel às linhas imutáveis de sua vocação histórica, acolhe hoje o Presidente da Colômbia, o mesmo homem público inteligente e habil, tenaz e bravo, eficiente e honrado, dedicado à tarefa de construir o progresso de sua terra, sem restrições ou limitações injustas.

É nosso desejo, Senhor Presidente, dar base consistente a tudo que nos aproxima na geografia, na história e na cultura, tecer, na solidariedade e na confiança, as direções de um futuro comum, cuja forma caracteriza o sucesso de uma viagem humana.

A visita de Vossa Excelência traduz o imperativo de entendimento e cordialidade que prevalece e deverá prevalecer sempre nas relações colombiano-brasileiras.

Em nome desta corporação parlamentar, quero augurar a Vossa Excelência venturosa permanência no Brasil, e rogar-lhe que, de regresso a seu país, seja o alto portador da mensagem de amizade e veneração do povo brasileiro ao povo colombiano.

Vibra em nossa índole a aspiração de transformar o que nos aproxima — as heranças culturais, os interesses presentes, as idênticas aspirações do futuro — num sistema ativo de cooperação, em benefício dos nossos povos.

Terá o eminente homem público testemunhado aqui a imperturbável execução do Projeto Político do Presidente brasileiro, João Figueiredo, preconizando a normalização plena da vida institucional de nosso País, porque o alto teor de percepção de Vossa Excelência não deixaria de aferir a realidade pertinente ao equilíbrio de comportamento de Brasília.

Para um povo livre não há atmosfera de desesperança. O que há é uma oficina de idéias, novas e versáteis, com que se argamassa o arcabouço político de um Estado moderno, firmemente assentado sobre as bases da democracia representativa. E se vivemos dias emergenciais no passado, e se hoje já foram extirpadas as manifestações liberticidas do radicalismo, a agenda das esferas governamentais brasileiras contém alentado programa que busca a verdadeira estruturação da paz e da concórdia nacional.

Senhor Presidente Julio César Turbay Ayala: como povos ibero-americanos, e por força deste lineamento lógico, aqui estamos celebrando a própria honra continental.

Leve, pois, aos nossos irmãos colombianos a expressão de nossa admiração, toda ela inspirada em secular respeito.

Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Tenho a Honra de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente Júlio César Turbay Ayala. (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO CÉSAR TURBAY AYALA — Exmº Sr. Presidente do Senado, Senador Jarbas Passarinho; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan; Sr. Ministro das Relações Exteriores, Srs. Ministros de Estado, Sr. Senador Gilvan Rocha, Sr. Deputado Edison Lobão, meus Senhores, minhas Senhoras, honoráveis Membros do Congresso:

Entre os atos mais deferentes que se me têm tributado com ocasião de minha visita ao Brasil, devo destacar esta reunião com os membros do Congresso Nacional, que, em certo modo, considero meus colegas, pois a minha vida pública tem uma típica formação parlamentária.

Tenho oficiado nestes altares da democracia e aproximo-me a eles com a fé de quem confia, com devoção, no poder dos mecanismos representativos. Acredito que, dentro do sistema de controles mútuos que implica o exercício da democracia, corresponde às Câmaras Legislativas a mais nobre função. Elas não só modelam a arquitetura jurídica do Estado, mas também cumprem uma tarefa fiscalizadora que as enobrece.

O Congresso não é tão-só uma máquina de fazer leis, mas também um posto de observação, de análise de todos os atos que, duma ou doutra maneira, afetam a vida administrativa do país. Um congresso que não tivesse capacidade fiscalizadora estaria diminuindo em suas funções e negaria os valores essenciais que justificam sua existência.

Não ignoro naturalmente que, em muitos lugares, ao amparo da função fiscalizadora do Congresso, faz-se "flibusteirismo" parlamentar. Isso não é uma falha da instituição mesma, mas dos que desvirtuam os objetivos e as metas que o Congresso deve conquistar quando faz uso sensato e construtivo da liberdade.

Tendo em consideração que o Congresso não é perfeito e pode incorrer em erros, sou, apesar desse fato, um decidido defensor de sua existência e um firme abandeirado de seus foros. Compartilho o pensamento amplamente generalizado de que, onde não funciona as Câmaras, costumam mandar as camarilhas. (*Palmas.*)

De maneira análoga pertencem à escola filosófica e política dos que afirmam que os estragos da liberdade os cura a mesma liberdade. O estado moderno possui o desafio dos graves problemas que hoje afetam a imensa maioria das nações. Logicamente, as Câmaras, por si mesmas, não podem curar, com extraordinária rapidez, as enfermidades que padecem os povos mas sim podem, como o ordena a Constituição, auxiliar, com os órgãos restantes do Poder Público, a fazer face às circunstâncias complexas que hoje gravitam na órbita mundial.

Sou um convencido de que o planejamento democrático é o instrumento que os países em vias de desenvolvimento podem empregar para romper as cadeias da miséria. Acredito com uma convicção firme que, somente através dum investimento metódico da despesa pública submetido a um programa de longa projeção que assinala as prioridades essenciais do desenvolvimento, poderíamos imprimir-lhe, a este, um rumo acelerado e melhorar a qualidade de vida dos habitantes de nossos respectivos países.

Um país sem programas de desenvolvimento, necessariamente, garrará como o navio sem bússula. Abrir os caminhos da participação democrática e fortalecer a harmonia entre o Estado, a iniciativa privada e a força trabalhadora é uma política que servirá para congregar vontades e analisar objetivos que garantam, em pouco tempo, uma vida decorosa que se compadeça da suprema dignidade da pessoa humana.

Todos os povos querem ter acesso aos bens da civilização e da cultura e é nossa obrigação de governantes fazer-lhes a conquista de níveis de vida que respondam ao clamor unânime da justiça social.

A nossa voz nestes foros nacionais e internacionais deverá levantar-se vigorosamente para reclamar melhores termos de colaboração internacional. O sistema interamericano, tão rico em valores espirituais, atende, principalmente, os aspectos de nossas relações jurídico-políticas.

Naturalmente, não quero desconhecer o muito que representa em favor da paz o respeito ao princípio da não-intervenção, a santidade dos tratados, as soluções pacíficas e, sobretudo, um instrumento jurídico que oportunamente foi concebido como a contribuição mais eficaz para frear o armamentismo. Refiro-me ao Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro, que, bem aplicado, deveria converter-se na verdadeira garantia da paz e, como consequência, do progresso.

O sistema de segurança coletiva que subscreveram os representantes dos governos das Américas no Rio de Janeiro representa uma contribuição eficaz para que os países deste hemisfério não malgastem os recursos que podem dedicar ao desenvolvimento, em armas convencionais que excedem as necessidades da defesa nacional e que passam a converter-se num fator de perturbação da paz.

Geralmente todos os governos combatem o armamentismo, mas sempre preferem dirigir suas baterias verbais contra o armamentismo nuclear e não contra o convencional que é, o que, em verdade, constitui um perigo e uma limitação para o desenvolvimento de nossos povos.

É claro que, a todos nós nos agradaria o desarmamento geral e completo. Porém, como esta decisão corresponde às superpotências, não é fácil garantir o êxito total duma empresa tão necessária.

A América tem que ser um território de paz mas não de paz armada. Não devemos cair nas garras do equilíbrio do terror para garantir a cordialidade entre os povos. Armar-se, além do que requer o exercício da soberania e da defesa adequada das fronteiras, é uma política que obtém, ainda sem se propor, um caráter bélico.

Reconsiderando finalmente sobre a necessidade de trabalhar em defesa dos preços básicos, devo insistir na tese que aconselha a necessidade de estabelecer diferenças entre as possibilidades que se apreciam entre o sul petroleiro em contraste com o sul não petroleiro.

Por exemplo, enquanto em 1970 — refiro-me ao caso colombiano — o preço externo de duas libras e meia de café nos servia para comprar um barril de petróleo; em 1977 — um ano de bons preços para o grão — requeríamos 5,3 libras e, em 1981, a desproporção é ainda maior, pois hoje compramos o mesmo barril do cru com o equivalente de 33 libras de café. Suponho que o caso brasileiro é ainda mais grave, pelo menor valor que tem o café deste país em relação com o colombiano.

Permite-me este exemplo insistir ante o Congresso desta grande Nação na tese exposta no discurso que dirigi ao Excelentíssimo Senhor Presidente Figueiredo, de que os países do Terceiro Mundo devemos comprometer-nos, com todas nossas energias, numa política que lhe dê estabilidade e que torne remunerativos os preços de todos os produtos básicos e não exclusivamente o do petróleo.

Muitos seriam os temas de interesse comum que poderia apresentar à vossa ilustrada consideração, mas sinto-me como se estivesse abusando de vossa paciência e ocupando vosso tempo numa cerimônia que vos agradeço pela fidalguia que reveste e que me obriga a não me afastar dos limites próprios nestes atos.

Finalmente, seja-me permitido expressar-vos a cordialidade que 29 milhões de colombianos experimentam pelo Brasil, por suas instituições e por seu povo. No que a mim se refere, minha gratidão é imperecedoura para convosco que sois a viva realidade duma Nação onde a grande abertura democrática é a política que compartilham o Governo, as Forças Armadas, o povo e, naturalmente, vós que os representais com dignidade, eficiência e patriotismo.

Só me resta agradecer-vos as generosas palavras com as quais fui cumprimentado neste recinto e que muito me honraram, muito além do que mereço.

Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Senhor Presidente Júlio César Turbay Ayala, ontem, em sessão extraordinária do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, em que têm assento Membros da Oposição, como do Governo, por unanimidade foi decidido conceder a Vossa Excelência a "Ordem do Congresso Nacional", no seu mais alto grau — o Grande Colar.

As palavras iniciais de Vossa Excelência provam bem o acerto da nossa decisão, de oposicionistas e governistas, no Congresso Brasileiro.

Disse o Senador Gilvan Rocha que V. Ex^a é um dos nossos.

Vossa Excelência, em termos brasileiros, foi Vereador, Deputado Estadual, Senador e Presidente do Congresso na Colômbia. Nestas condições, os méritos pessoais de Vossa Excelência recebem a própria honraria que o Congresso Brasileiro lhe oferece.

Peço permissão a Vossa Excelência para, neste instante, pelas mãos do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan, que é o Chanceler da Ordem do Congresso Nacional, receber o diploma e, depois, nos conceder a honra da imposição do Colar.

Procede-se à entrega do Diploma e à imposição do Colar. (Palmas prolongadas.)

O SR. JÚLIO CÉSAR TURBAY AYALA — Ainda que fora do protocolo, não posso, de maneira nenhuma, abster-me da emoção que me produz o fato de todo o Congresso haver decidido outorgar-me esta Condecoração, que, entre os muitos troféus e medalhas que a democracia me tem concedido, é talvez, pela sua origem, a que me honra mais.

Perante todos os Membros do Congresso do Brasil, prometo trazê-la sempre com o orgulho de quem sente que, entre os órgãos do Estado, o Parlamento é aquele que representa melhor a vontade popular.

Digo-o com a autoridade de ser agora Chefe de Estado. Sem dúvida, sinto-me na Presidência da República como um parlamentar em comissão, minha maior aspiração é voltar ao Congresso. (*Muito bem! Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, Militares, diplomáticas e eclesásticas, convidando-as para um coquetel no Salão Nobre do Senado Federal, onde o Presidente da Colômbia receberá os cumprimentos.

Solicito à Comissão que introduziu nosso ilustre visitante neste plenário que acompanhe Sua Excelência até aquele local.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 199ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1981 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÓRTO.

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP;

Manoel Ribeiro — PDS; Nêlio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Bobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Osian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud

— PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Henrique Brito — PDS; Hiderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrago — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekell Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgô Romano — PP; Sergio Ferrara — PP; Sívio Abreu Jr. — PP; Tarcsio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Al-

berto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sanitilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Sady Marinho — PDS; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 404 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em 1975, com a colaboração inestimável da Dra. Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, tivemos a honra de apresentar no Congresso Nacional, Proposta de Emenda à Constituição de nº 57, dando às mulheres o direito de prestação de serviço cívico militar com o sentido de fazer que fosse aproveitada a população feminina brasileira que representa mais de 50% em nosso índice demográfico, no desenvolvimento do nosso País.

A luta foi árdua e não conseguimos os nossos objetivos.

Em 1977 voltamos à carga com Proposta de Emenda à Constituição de nº 13, de vez que estávamos, como estamos certos, de que a participação da mulher é indispensável em todos os setores da vida pública brasileira. Não encontramos um caminho fácil. A incompreensão e a falta de visão criavam empecilhos de toda ordem, mas a nossa luta continuou e afinal estamos envolvidos por imensa satisfação quando vemos a pessoa desse grande brasileiro que é Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha, em consonância o Exmº Sr. Presidente da República, abrir as portas da Marinha e receber nessa casa cívica um punhado de mulheres que deram o primeiro passo nessa arrancada patriótica para atender os anseios e as necessidades do País. Coroada de êxito a missão do Ministro Maximiano Eduardo da Silva Fonseca vimos no dia 14 de agosto do corrente ano a Ordem do Dia nº 0004/81 e 0005/81 referente ao encerramento do 1º Curso de Adaptação ao Quadro Auxiliar Feminino de Praças e ao Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais.

Como se trata de assunto histórico na vida política brasileira pedimos a V. Exª que faça inscrever, na íntegra, na sessão de hoje, as Ordens do Dia nºs 0004/81 e 0005/81 assinadas pelo Ministro Maximiano Eduardo da Silva Fonseca. (*Muito bem!*)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOÃO MENEZES EM SEU DISCURSO.

ORDEM DO DIA Nº 0004/81

Assunto: Encerramento do 1º Curso de Adaptação ao Quadro Auxiliar Feminino de Praças.

A data de hoje merece um registro muito especial na Marinha, pois estamos incorporando ao Serviço Militar Naval o primeiro contingente militar feminino. Não seria exagero afirmar que tal data tem ainda uma significação maior para a mulher brasileira, pois marca o início de sua participação permanente nas Forças Armadas do Brasil.

Por acreditarmos sinceramente nas qualidades da mulher e as grandes vantagens de seu aproveitamento no serviço militar, solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo a necessária autorização para estudar o problema. O Presidente, dando mais uma demonstração de seu espírito aberto e democrático, livre de qualquer preconceito, não hesitou um só momento para autorizar tal estudo, do qual resultou a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha.

Seguiu-se então uma seleção muito rigorosa entre um elevado número de candidatas, e vocês, jovens mulheres que hoje ingressam no Serviço Naval, têm o primeiro motivo para orgulhar-se, pois exclusivamente graças ao mérito pessoal, conseguiram a almejada vaga dentre tantas outras candidatas.

Partimos, então para a segunda fase, cujo sucesso era posto em dúvida por algumas pessoas, o período de instrução e adaptação à vida militar. Embora não tivéssemos dúvida sobre o seu êxito, ele foi na realidade bem maior do que se supunha. Este deve ser outro motivo de orgulho para todas vocês.

Apesar das possíveis deficiências que tenham existido, podem ficar certas de que a Marinha dedicou toda atenção ao seu preparo militar e vocês souberam corresponder, respondendo com entusiasmo e aplicação a tudo que lhes foi exigido nessa fase inicial, ressaltando-se terem ficado sujeitas ao mesmo regime de um recruta masculino.

Vocês agora iniciarão a terceira e última fase, aquela que deverá consagrar definitivamente a participação da mulher brasileira nas atividades de nossas Forças Armadas, isto é, o desempenho de tarefas em diferentes Organizações Militares. O seu sucesso, do qual igualmente não temos dúvidas, não significará apenas benefícios para a Marinha, mas também uma prova concreta do valor da mulher brasileira; portanto, a responsabilidade de vocês não é apenas perante a Marinha, mas também perante o Brasil e, em especial, diante de todas nossas compatriotas.

Nesse ponto não podemos deixar de fazer algumas observações e dar alguns conselhos.

Durante o período de instrução vocês tiveram todo o apoio e atenções de seus instrutores, que estavam inteiramente dedicados ao seu preparo militar e solução de problemas pessoais. De agora em diante, no Serviço, embora não deva faltar tal apoio sempre que se tornar necessário, ele não poderá ser tão completo, pois as tarefas de seus futuros chefes serão outras e não apenas de instrutores, portanto, saibam compreender tais dificuldades, evitando que determinados fatos possam esmorecer seu entusiasmo. A fase que hoje iniciam dependerá então, essencialmente, de vocês próprias — do empenho, aplicação, desprendido amor e convicção na carreira que abraçaram.

Vocês revelaram interesse incomum, assimilando com facilidade os ensinamentos militares e cumprindo com toda correção tudo que lhes foi exigido pelos Regulamentos. De hoje para o futuro, em hipótese alguma deixem de manter tal procedimento, particularmente não se deixando influenciar por maus exemplos, que eventualmente venham a encontrar por parte de alguns que, assim procedendo, estarão na realidade, escondendo possíveis frustrações; cremos que tais experiências menos felizes não constituirão regra normal, mas poderão existir. Para resistir e ultrapassá-las, orgulhem-se de seus uniformes, cuja correção é da maior importância; tenham toda atenção às regras de cortesia e atitude militar e delas se envaldeçam; mantenham o máximo entusiasmo pela carreira, não a encarecendo como simples emprego; dediquem-se com disciplina, tenacidade, espírito de sacrifício, seriedade e lealdade às tarefas que lhes forem cometidas, não as julgando sem importância sejam quais forem; desenvolvam com todo o empenho e orgulho o Espírito de Corpo, contribuindo, assim, para que o Corpo Auxiliar Feminino não frustre as expectativas que a sua criação gerou na Marinha.

Creiam sempre no valor que cada uma de vocês representa para o todo; guardem sempre em suas mentes e corações que cada desafio vencido não será apenas uma vitória individual, mas de toda coletividade feminina brasileira e, principalmente, resultante da participação atuante da mulher para o engrandecimento da Marinha e de nosso querido Brasil.

Finalizando, não poderia deixar de felicitar à Diretoria-Geral do Pessoal e seus órgãos subordinados pelo sucesso alcançado na seleção e preparo dessa primeira turma, realçando que todos que participaram dessa tarefa, desde o seu Diretor-Geral, o Almirante-de-Esquadra José Calvente Arandá até o mais moderno, a ela se aplicaram com integral dedicação.

Ao Corpo de Fuzileiros Navais, através do Comando-Geral, pela condução e execução da instrução, à qual todos, desde o Almirante-de-Esquadra (FN) Domingos de Mattos Cortez e o Comandante do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Lyrio Bravim, até o instrutor mais moderno, se empenharam com desdobrado entusiasmo.

Também nossas felicitações às integrantes da Polícia Feminina do Estado de São Paulo e da Universidade Rural, com nossos sinceros agradecimentos pela sua valiosa e inestimável colaboração.

Para vocês, jovens pioneiras do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, minhas felicitações pela vitória que alcançaram e votos de um feliz e contínuo sucesso na carreira naval da qual tanto nos orgulhamos.

Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha.

Brasília, DF.

Em 14 de agosto de 1981.

ORDEM DO DIA Nº 0005/81

Assunto: Encerramento do 1º Curso de Adaptação ao Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais.

Há muitos anos a Marinha alentava a idéia da criação de um Corpo Militar Feminino, pois acreditando sinceramente nas qualidades da mulher, no fato irreversível de sua crescente integração em todos os segmentos de atividades da vida nacional, não tínhamos dúvida dos benefícios de seu aproveitamento no serviço militar, à semelhança do que ocorre em muitas nações.

O reconhecido espírito democrático e livre de qualquer preconceito do Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, animou-nos a expor a Sua Excelência as idéias a respeito e solicitar sua autorização para desenvolver tal projeto pioneiro na Marinha, autorização que, sem hesitação, foi imediatamente concedida.

Partiu-se então para o estudo cuidadoso do problema, do qual resultou a Lei de criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Seguiu-

se a formulação das normas de seleção de candidatas, elaboração de currículos do curso de adaptação militar, execução da seleção em âmbito nacional e organização dos cursos para candidatas a oficiais e praças.

Há menos de um mês tive a grande satisfação de presidir o encerramento do 1º Curso de Adaptação ao Quadro Auxiliar Feminino de Praças. Naquela ocasião, afirmei que a data encerrava uma significação muito especial, pois marcava o início da participação permanente da mulher brasileira nas Forças Armadas de sua Pátria. Hoje, quando a Marinha incorpora seu primeiro contingente de oficiais do sexo feminino, conclui-se, com pleno êxito, a primeira fase de implantação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha.

Vocês, jovens mulheres brasileiras, que hoje recebem o almejado galão de oficial da Marinha do Brasil, podem orgulhar-se de sua primeira importante conquista, creditando-a exclusivamente ao mérito pessoal de cada uma.

Estejam certas de que a Marinha dedicou o máximo de seus esforços ao seu preparo militar, e com satisfação e entusiasmo registramos que vocês souberam corresponder plenamente às nossas melhores expectativas.

Conforme constatei pessoalmente, durante o período de instrução vocês revelaram interesse invulgar, entusiasmo e aplicação, assimilando e cumprindo com facilidade os ensinamentos relativos aos preceitos da vida militar. Isto tudo durante um período árduo de adaptação à vida militar a que foram submetidas, em que pesasse terem ficado sujeitas ao mesmo regime dos colegas do sexo masculino.

O juramento solene que acabam de prestar, perante a Bandeira Nacional, encerra não só uma responsabilidade para com a Marinha, mas também perante a toda Nação brasileira e, de forma especial, diante de todas as nossas compatriotas.

O futuro sucesso que certamente alcançarão, além dos benefícios que trarão à Marinha, será uma inequívoca demonstração do valor da mulher brasileira. Com o propósito de orientá-las para esse sucesso e sem o temor de me tornar repetitivo, julgo oportuno transmitir novamente alguns conselhos que constaram de minha Ordem do Dia relativa à incorporação do primeiro contingente de praças do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha.

Jovens Oficiais!

De hoje para o futuro, em hipótese alguma, deixem de manter o procedimento que tiveram durante o período de instrução, particularmente, não se deixando influenciar por maus exemplos, que eventualmente venham a encontrar por parte de alguns que, assim procedendo, estarão na realidade, escondendo possíveis frustrações; cremos que tais experiências menos felizes não constituirão regra normal, mas poderão existir. Para resistir e ultrapassá-las, orgulhem-se de seus uniformes, cuja correção é da maior importância; tenham toda atenção às regras de cortesia e atitude militar e delas se envaldeçam; mantenham o máximo entusiasmo pela carreira, não a encarando como simples emprego; dediquem-se com disciplina, tenacidade, espírito de sacrifício, seriedade e lealdade às tarefas que lhes forem cometidas, não as julgando sem importância sejam quais forem; desenvolvam e cultivem com todo o empenho e orgulho o Espírito de Corpo, que com tanta satisfação observamos já ter nascido entre vocês, contribuindo assim para que não só vocês, mas também a Marinha e o Brasil possam realmente se orgulhar do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha; creiam sempre no valor que cada uma de vocês representa para o todo; guardem sempre em suas mentes e corações que cada desafio vencido não será apenas uma vitória individual, mas de toda coletividade feminina brasileira e, principalmente, resultante da participação atuante da mulher para o engrandecimento da Marinha e de nosso querido Brasil.

Particularmente, no caso de vocês, jovens tenentes, que hoje são incorporadas à Marinha, lembrem-se não só de que, como oficiais, estarão sempre sob a observação dos subordinados, mas também de que a verdadeira liderança, como vocês certamente perceberam nesse primeiro estágio, alcança-se e cultiva-se pelo exemplo, pela competência profissional, pelo trabalho desinteressado, pelo desapego material, pela fê inabalável na carreira que abraçaram, enfim, pelo culto permanente dos valores cívicos, espirituais e morais que modelam o caráter do verdadeiro militar.

Finalizando, não poderia deixar de mencionar que constitui a melhor prova da importância histórica desse acontecimento, o fato da cerimônia de incorporação do primeiro contingente de oficiais do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, ter a honra e o elevado privilégio de ser presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República que dessa maneira, com o prestígio de sua presença, demonstra publicamente o seu espontâneo apoio à execução de um projeto que, sem dúvida, constitui fator de engrandecimento da mulher brasileira.

Aproveito a ocasião para felicitar à Diretoria-Geral do Pessoal e seus Órgãos subordinados pelo exemplar procedimento com que se houveram na seleção e preparo dessa primeira turma, ressaltando que todos os que partici-

param dessa missão, desde o Almirante-de-Esquadra José Calvente Aranda até o mais moderno, a ela se dedicaram integralmente.

A todos aqueles que guarnecem o CEFAN, desde seu Comandante — Capitão-de-Mar-e-Guerra Ivar Oleris Pereira — até o instrutor mais moderno, meus parabéns pelo zelo emprestado à sua tarefa pioneira e pelo pleno êxito que alcançaram.

Desejo ainda expressar meus agradecimentos e apreço às integrantes da Polícia Feminina do Estado de São Paulo pela inestimável colaboração que deram à Marinha.

A vocês, jovens pioneiras do primeiro contingente de oficiais do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, nossos sinceros cumprimentos pela vitória que alcançaram, com os melhores votos do mesmo sucesso ao longo da carreira naval, que estamos certos, dela se orgulharão tanto como nós.

Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os problemas relacionados com a disponibilidade de crédito para o financiamento das safras agrícolas no Brasil estão começando a tumultuar todo o quadro de possibilidades de uma excelente safra agrícola no próximo ano.

Tivemos recentemente este episódio de Irecê, em que ficou caracterizada uma falta total de recursos para financiar a área de maior produção de feijão no País, produto caracterizadamente ausente dos mercados brasileiros, e que exterioriza um fato que está ocorrendo em todos os recantos deste País. A disponibilidade de crédito para pequenos e médios produtores, pelos bancos oficiais, é excessivamente reduzida, não obstante, inclusive, o fato de que os recursos estão caros, mas além disso estão excessivamente reduzidos, e a idéia de que os grandes produtores serão financiados pelo crédito privado, pelo sistema bancário privado, provavelmente não surtirá os efeitos esperados pelo próprio Governo.

Estamos profundamente preocupados porque, ao lado da falta de crédito que está devidamente caracterizada, ao lado das taxas de juros agrícolas bem elevadas, há exigência também no sistema novo de participação de recursos próprios, de médios e grandes produtores. A combinação destes três fatores, e o fato de que o preço dos produtos agrícolas vem crescendo muito mais lentamente do que o preço dos produtos industriais, praticamente vai inviabilizando a realização de safras agrícolas destinadas não só ao atendimento das necessidades básicas nacionais, como também, inclusive, ao esforço de colaborar para a redução das taxas de inflação.

Temos sentido, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que esse clamor quanto à falta de crédito é geral, inclusive no caso específico do Nordeste. Nós estamos recebendo cartas de Câmaras de Vereadores, de municípios onde os programas especiais, no caso o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, PROHIDRO, PROTERRA, todos esses programas não dispõem de fundos para atender as necessidades básicas derivadas dos próximos planos agrícolas daquela região. Esta questão está inquietando profundamente. Nós sentimos que fica até numa situação difícil o Sr. Ministro da Agricultura, pois S. Ex^a, depois de uma luta muito árdua, colocou junto à imprensa que não faltariam recursos de maneira nenhuma, seria aberta uma conta para os pequenos e médios produtores. Infelizmente isto não está ocorrendo. Nós pedimos, principalmente à Presidência do Banco do Brasil, que esclareça as razões das reduções substanciais na disponibilidade do crédito, de ponta a ponta, no País. Caso contrário, se essa posição perdurar, aquela que é a prioridade fundamental do próprio Governo, na sua estratégia econômica nesses anos, que é a agricultura, principalmente a agricultura para a produção de alimentos, estará profundamente prejudicada. E o que podemos esperar? Se isto ocorrer, será a redução da safra agrícola para o ano, e uma tendência altista nos preços dos produtos agrícolas básicos, fazendo com que o objetivo do controle da inflação fique uma vez mais prejudicado.

Portanto, este apelo é feito à Presidência do Banco do Brasil e à Presidência do Banco Central, para que reexaminem a oferta de crédito a nível nacional, sob pena de que as culturas básicas, não só aquelas destinadas à alimentação no País, mas também até à cultura de exportação, venham a ser profundamente frustradas e tenhamos para o ano, ao invés de uma grande safra agrícola, uma redução na safra agrícola esperada.

Esta é uma consideração fundamental e urgente para um exame das autoridades competentes da matéria. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Cardoso Alves.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no § 5º do seu art. 124, dispõe expressamente:

“§ 5º Os Projetos que versem matéria análoga ou conexa à de outro já em tramitação serão a ele anexados pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou mediante requerimento de Comissão ou de Deputado.”

Pela simples leitura do citado texto regimental, infere-se que os projetos que versem matéria análoga ou conexa de outra já em tramitação serão a ele anexados. É uma determinação imperativa ou, em outras palavras, projetos que versem matéria análoga ou conexa não poderão tramitar separadamente, porque sua anexação é vinculada pelo § 5º do art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. E é vinculada tão expressamente que o Presidente fará essa anexação de ofício ou, se não a fizer, qualquer comissão poderá solicitá-lo, ou se a Comissão não solicitar, qualquer Deputado.

Há uma preocupação constante do legislador: ou a faz o Deputado, a comissão ou o Presidente da Câmara, de ofício. Está, portanto, absolutamente inequívoca a vinculação da anexação de projetos que versem matéria análoga ou conexa a de outro em tramitação.

Pois bem. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na sua reunião de ontem, examinando um projeto de lei que versa sobre prorrogação de mandatos de diretórios partidários, fulminou, no mérito e na constitucionalidade, agindo de tal forma com referência a um substitutivo a ele apensado, ou oferecido.

Hoje, os jornais dão notícia de que há uma reserva, na própria Comissão de Justiça, para um golpe. Há um outro projeto versando sobre a mesma matéria que, se assim pretenderem os cardeais dos Partidos nesta Casa, será prontamente retirado do forno, em meia assadura, para que seja complementado na Comissão de Constituição e Justiça.

Ora, Sr. Presidente, tal golpe, pelo menos na Câmara dos Deputados, não é possível. Se assim o pretender o Colégio Cardinalício das direções partidárias do País, deverá recorrer à outra Casa, ao Senado da República, porque, na Câmara dos Deputados, em razão do § 5º, do art. 124, do nosso Regimento Interno, esse que está no forno, na boca de espera, à disposição do golpe, do bionicismo, deveria estar a pensar naquele, cuja morte foi decretada juntamente com o seu substitutivo. Esse também morreu; é que não lhe foi passado o atestado de óbito.

Assim sendo, é necessário que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça ou o Presidente da Câmara dos Deputados lhe reconheça a situação inapelável de morto, juntamente com os seus companheiros, que tratavam de matéria análoga e conexa àquela que se pretendeu deixar no bolso de colete de alguém ou na reserva do golpe *a posteriori*.

E quero usar, neste instante, também, desta tribuna, para dizer que merecem todos os elogios os Deputados que se batem pela liberação da tutela legal sobre os partidos.

Embora pessoa jurídica de Direito Público, os partidos não devem ser vinculados a textos legais, a leis complementares, a própria Constituição. Eles devem dispor sobre a sua própria sorte. Até mesmo essa autonomia é uma ingerência da sua estratégia de luta. Se um partido quer ser imobilista, não é a Constituição, a legislação complementar ou a legislação ordinária que vai garantir essa imobilidade aos seus dirigentes. Se ele quer ser bionico, os seus dirigentes não devem apelar para o Plenário da Câmara dos Deputados; devem apelar para a sua própria convenção. Os partidos devem escolher, não apenas os seus dirigentes, mas o seu mandato, o tempo de mandato, como escolhem os seus estatutos. Devem escolher a duração desse mandato, como escolhem o seu programa; devem escolher a sua própria estratégia. Daí, o povo, ao invés de culpar a Câmara dos Deputados e o Senado da República pelo bionicismo, irá culpar o próprio partido.

Assim sendo, não é justo que recaia, por exemplo, sobre a Bancada do PMDB qualquer sinal de bionicismo, porque nós, na Comissão de Constituição e Justiça, contando, aliás, com o apoio de alguns eminentes e ilustres parlamentares do PDS e das outras Bancadas de Oposição nesta Casa, recusamos aqueles dois projetos, ou melhor, aquele projeto e o seu substitutivo.

Assim sendo, se algum cardeal partidário, algum dirigente partidário, algum bispo, algum arcebispo de partido político, algum dignitário alto de partido político quer prorrogar o seu próprio mandato, quer continuar na direção partidária, é justo que os partidos tenham autonomia para fazê-lo.

O que não podem fazer, Sr. Presidente, é a retirada da castanha com a mão do gato. O gato, no caso, seria a Câmara dos Deputados. E nós, que não temos nada a ver com a matéria, que apenas dispomos sobre a vida partidária e a duração dos mandatos dos diretórios partidários, por uma ingerência indevida e ilógica da legislação, na vida interna dos partidos políticos,

é que seremos acusados: — “Não, os Deputados estão aí, promovendo o bionicismo dentro dos partidos políticos, prorrogando os diretórios dos partidos políticos.”

Não! Os Deputados querem partidos arejados, partidos democráticos, em que se abram as janelas dos debates, em que os diretórios assumam as tribunas partidárias e pleiteiem dos seus correligionários a sua própria reeleição. Não é lícito, nem lógico, nem justo que Deputados do PMDB, do PDS, do PP, do PTB, do PDT e do PT prorroguem os mandatos de todos os diretórios, mesmo porque a lei votada pelos Deputados do PDS não pode influir no assunto de economia interna do PMDB e vice-versa e a intercomunicação é, portanto, invalidada pela lógica.

Assim, Sr. Presidente, quero lembrar à douta Comissão de Justiça, falando, talvez, de sobejo, mas falando apenas para cumprir um dever de consciência, que ela, em atenção ao § 5º, aqui lido e comentado, deve julgar liquidado o outro projeto que dispõe sobre matéria conexa, semelhante, no caso, idêntica e bionica, como a daqueles dois que julgou anteriormente, não permitindo que seus foros de competência, de sabedoria e de altaneria sejam atingidos por um descumprimento regimental e por trazer à tona matéria morta, passando, portanto, um novo atestado de óbito para outra matéria, acaso alguém, com a mão do gato, querendo a prorrogação do seu próprio mandato partidário, vá recolher, nos seus escaninhos e na sua gaveta, essa proposição que já morreu e que só falta ser enterrada. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

Daqui a 40 minutos o Presidente Figueiredo, remojado, vai comparecer a uma rede de televisão para anunciar as medidas que o Governo pretende implantar com o objetivo de por fim aos problemas da Previdência Social.

Entre as medidas que o Governo vai anunciar que adotará, está aquela de que o descalabro administrativo, a falta de conhecimento da administração da Previdência e a incompetência serão supridos pelo sangue, pela fome, pelo desespero dos aposentados que percebam até três salários mínimos.

O Governo achou uma maneira simplíssima de resolver o problema da Previdência: vai evitar, vai retirar, vai liquidar com o aumento de 10% que os aposentados, que têm e que percebam até três salários mínimos, podem auferir acima do aumento do custo de vida, ou seja, pelo cálculo do INPC os aposentados têm 10% acima desse cálculo. E apenas os aposentados que percebam até três salários mínimos, pois foi uma maneira que encontrou o legislador, e o próprio Governo, para corrigir as deficiências das aposentadorias que, a cada dia, valem menos, que a cada correção têm diminuído o seu valor real.

O Ministro Jair Soares, que parece não ter simpatia por aposentados, lutou, bateu e conseguiu, juntamente com o seu aliado, Ministro Delfim Netto, para que os problemas da Previdência, que não são tão grandes como o Governo anunciou, fossem resolvidos na base de tirar o sangue, o alimento e a esperança dos aposentados que percebam até três salários mínimos.

Sr. Presidente, a bem da verdade, que se diga: o problema da Previdência não tem a conotação financeira que o Governo está lhe dando; os cálculos do Ministério não coincidem; as proposições do Ministério do Planejamento e do Ministério da Previdência Social não fecham, existem inverdades. E quem vai pagar? Quem vai pagar pela incompetência, pelo despreparo e pela falta de sentimento social?

Vão pagar, apenas e somente, os trabalhadores aposentados que percebam menos de três salários mínimos. Serão cento e oitenta bilhões que vão carrear para os cofres da Previdência Social, retirando-se do meio circulante, retirando-se de trabalhadores que, durante trinta e cinco anos, deram o seu labor para a grandeza da Pátria e para o enriquecimento dos grandes grupos econômicos, para, agora, assistirem, retirados da mão um percentual de aumento que eles já haviam conseguido.

E o pior, Sr. Presidente, é que esse crime não será praticado por um decreto-lei, mas por uma lei que virá a este Congresso e que o Governo vai tentar obrigar os Parlamentares a retirar dos aposentados os seus miseráveis salários, para dar às mordomias, ao esbanjamento, à ganância de alguns, à incompetência de outros, ao desprimor das obras governamentais, à falta de qualquer previsão. Tudo isto, saindo de quem ganha pouco, de quem ganha quase nada.

O pior é que o déficit da Previdência Social não é o desses números anunciados. Teríamos outras fórmulas para resolver este problema. Deputados do Governo e da Oposição apresentaram fórmulas e sugestões, mas o Dr. Delfim Netto e o Dr. Jair Soares, que não gostam de aposentados, mas que gostam muito de multinacionais, que nutrem um sentimento muito profundo pelo-

grande capitalismo, que querem preservar as grandes empresas e que não aceitam tocar no buraco nem no faturamento das grandes empresas, estes dois Ministros estão insistindo e obrigando o Senhor Presidente da República a resolver o problema da Previdência Social massacrando os aposentados. Seria bom que o Presidente da República ficasse mais tempo na televisão, e não apenas seis minutos; seria bom que o Presidente gravasse diante da opinião pública a sua verdadeira impressão. Serão seis minutos, e será o atestado de óbito da Previdência Social e a demonstração da incompetência governamental para resolver problemas. Somos o único País do mundo que tenta resolver problemas do Estado, massacrando salários, massacrando aposentadorias, retirando direitos conseguidos, diminuindo prestação de assistência médica. A única maneira que o Governo tem para resolver os problemas é massacrando o povo. Seria bom, seria até necessário que esses Ministros, que não gostam de aposentados, pudessem tirar também parcela das multinacionais, dos ganhos da grande empresa nacional e internacional, dos faturamentos das empresas que faturam muito com poucos operários e que, portanto, não prestam recursos à assistência social. Mas, um País em que o Dr. Delfim manda, em que o Dr. Jair obedece e que o General Figueiredo cumpre as ordens, não pode esperar coisa melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos muito satisfeitos porque o nobre Deputado Jorge Ueuede garante que não há problema na Previdência Social no Brasil, o Governo é que inventou esse problema. O ilustre Ministro Jair Soares não tem desafios, não tem dificuldades, não tem déficit. Sr. Presidente, não tem falta de dinheiro, tem excesso de dinheiro, de acordo com a palavra do Deputado Jorge Ueuede. Quer dizer, o nobre Deputado Jorge Ueuede, com a sua eloquência notória, com a sua competência indiscutível, com a sua vivacidade de oposicionista, desses extremados, parte de um pressuposto, parte de uma premissa falsa e, logicamente tem de chegar a uma série de conclusões, todas elas falsas, sem base e sem fundamento.

Sr. Presidente, o Governo da República olha o problema da Previdência Social com toda seriedade, com a maior atenção e uma enorme preocupação. Comissões e comissões estão estudando esta área problemática do Governo, para oferecer as soluções mais adequadas àqueles que se vinculam à assistência previdenciária em nosso País.

A Oposição queria que o Governo elevasse de 8 para 10% a contribuição de empregados e empregadores, queria, e queria muito, para aqui, então, lançar contra o Governo as suas assertivas radicalistas, as suas críticas infundadas. Mas, agora, estão indignados. Indignados por quê? Porque o Governo vai aumentar de 8 para 10%. E o Governo, num esforço de alta competência, está conseguindo soluções outras, indicando esquemas outros que venham, assim, resolver de alguma forma as imensas dificuldades que a Previdência Social tem, hoje, no País.

O Presidente Figueiredo, de acordo com os estudos realistas, sérios, honestos e patrióticos, feitos nesta área, vai anunciar à Nação medidas tendo em vista a recuperação da Previdência Social. Nós sabemos que quaisquer que fossem as medidas apontadas pelo Governo, a Oposição iria procurar criticar, iria procurar aqui levantar hipotéticas impugnações a estas medidas altamente beneficiadoras da situação da Previdência Social no País.

Mas a solução encontrada é a melhor, é aquela mais condizente com a nossa realidade. E o que a Oposição, através do nobre e eloquente Deputado Jorge Ueuede, está demonstrando é que ela está esperneando, indignada, porque o Governo, ao invés de elevar de 8 para 10%, conseguiu as melhores medidas em favor da grande massa dos que trabalham neste País.

Reiteramos, aqui, que a Previdência Social constitui um dos grandes desafios do atual Governo. Mas, o Presidente Figueiredo, líder indiscutível da vida pública e administrativa deste País, está procurando, ao lado do Ministro Jair Soares, outra grande figura, um dos Deputados mais votados com os votos dos aposentados do Rio Grande do Sul, S. Ex^a teve uma votação extraordinária dos aposentados do Rio Grande do Sul, o Deputado Jair Soares, Ministro da Previdência Social, assim sendo, orientado pelo Presidente Figueiredo, irá ao encontro das reivindicações maiores de nosso povo, apontando os melhores caminhos para a solução dessa magna questão que, infelizmente, atormenta o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Efetivamente a Oposição tem que espernear, tem que estar contrariada, porque é do aposentado que vão retirar as migalhas que este ganha, vão buscar os 10% para cobrir o grande rombo que foi feito pela incompetência de 17 anos de Poder. Foram esses 17 anos que levaram a Previdência a essa situação de insolvência que aí está, e colocam como "bode expiatório" o aposentado: iam rebaixar em 2% o salário de cada trabalhador brasileiro, mas resolveram retirar do pobre aposentado que trabalhou a vida inteira. Acha-se que essa foi a grande solução dos magos do milagre brasileiro. São os mesmos homens que encontram as mesmas soluções, é sempre pisar e menosprezar o povo sofrido do Brasil.

Vejam V. Ex^s., que a saída é uma outra que não está sendo anunciada, é que vão diminuir a assistência médica, vão jogar nas costas da pequena e média empresa brasileira, que são os hospitais que recebem Cr\$ 600,00 de diária, incluindo médico, remédio, enfermagem, hospital, tudo. E acham que esses hospitais é que são responsáveis.

Vejam os Srs. Congressistas, dizem que essa assistência médica é que é a responsável pelo rombo que há na Previdência. Mas, o orçamento da Previdência destinava 25% do seu orçamento à assistência médica.

Pasmem V. Ex^s que se gastou apenas, nesses dois últimos anos, 19% em assistência médica, e querem dizer que é a assistência médica a responsável pelo rombo na Previdência Social.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, efetivamente, responsável pelo rombo na Previdência Social é a má administração, são os desvios do dinheiro, é colocar o dinheiro da Previdência Social em Itaipu, na Transamazônica que, aliás, o Ministro confessou, que não vem de hoje, vem de longo tempo, mas S. Ex^a não disse que não tinha sido feito. S. Ex^a reafirmou, aqui nesta Casa, perante a Câmara dos Deputados que, efetivamente, o dinheiro da Previdência Social foi desviado.

Efetivamente, Sr. Presidente, se tomou o dinheiro da Previdência Social durante esse tempo inteiro, que deveria ser guardado para poder, agora, pagar a aposentadoria daqueles que estão se aposentando 40 anos depois e desviaram o dinheiro. Agora, na hora de pagar, não há dinheiro, mas um rombo, um buraco. E veja V. Ex^a que quem vai pagar são os aposentados, quem vai pagar é a pequena e a média empresa, são os hospitais brasileiros.

Dentro de pouco tempo, esse mesmo sistema que está aí, que o povo brasileiro, por eleição direta, não vai permitir que continue, mas quicá, ainda neste próximo ano, não entreguem a assistência médica também à sanha das multinacionais, não façam a falência da Previdência Social, a entrega da saúde e do sangue da população brasileira às multinacionais, também de mais esse setor da economia.

Porque, efetivamente, são os pequenos hospitais que não têm como se defender, que não têm como responder à essa pressão da Previdência Social que conta com a televisão, com os meios de propaganda e com a pressão. Querem fazer crer, Sr. Presidente, que são pequenos hospitais do Paraná, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, os responsáveis por fraudes, permanentemente fiscalizados.

Veja V. Ex^a que este engano, a Nação não pode mais acreditar e que, efetivamente, os responsáveis por isso que aí está, fatalmente levaram o Presidente, hoje, a apresentar como solução aquilo que não vai ser solução nenhuma, porque nós sabemos que isso não vai salvar Previdência nenhuma, porque o que é preciso na Previdência é competência, que os homens que aí estão não têm.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) —¹ Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada, para uma comunicação de Liderança.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nobre Líder do PMDB, Deputado Jorge Vianna, nas suas afirmações defendeu as organizações hospitalares dentro do processo da Previdência Social, e quer jogar toda a culpa das deficiências de ordem financeira da Previdência Social ao atual Governo e aos Governos da Revolução.

Em primeiro lugar, embora as organizações hospitalares mereçam, de certa forma, palavras de elogio naquilo que têm de bom, nós devemos aqui reiterar que, em alguns casos, as organizações hospitalares merecem críticas, porque algumas delas, digamos assim, saíram fora das finalidades maiores da aplicação dos recursos da Previdência Social.

No tocante à problemática das dificuldades financeiras, queremos aqui reiterar — e isso é coisa pública e notória, é questão já aceita por todos — que

as raízes dos *deficits* financeiros da Previdência Social remontam ao Estado Novo, remontam à década de 50 e, também, remontam ao início da década de 60. São falhas que foram-se acumulando durante muitos e muitos anos e a expansão da Previdência Social, sem a necessária receita, chegou a essa situação.

Todavia, é preciso, Sr. Presidente, que se faça aqui justiça, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo, que, através dos seus Ministros, vem realmente demonstrando uma grande determinação para enfrentar a questão da Previdência Social e dar soluções condizentes com o nosso povo. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 16, de 1981-CN, que dispõe sobre o parcelamento especial de débitos no âmbito da Previdência Social e altera o prazo de validade do certificado de quitação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 2 de setembro de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Raimundo Parente, Jutahy Magalhães, Moacyr Dalla e Luiz Cavalcante pelos nobres Srs. Senadores João Lúcio, José Lins, Jorge Kalume e Passos Pôrto, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Mensagens nºs 76 e 77, de 1981 (CN); do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, e 1.867, de 25 de março de 1981, que "alteram a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS à conta de diversas entidades, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador *José Lins*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1981, que altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 168 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido oralmente em Plenário pelo Senhor Senador Almir Pinto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada em 27 de agosto findo, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

A proposta de emenda à Constituição exige *quorum* qualificado para deliberação. Sendo evidente a inexistência de *quorum* em Plenário, deixa, mais uma vez, de ser procedida a votação da matéria.

Pela mesma razão, deixa de ser submetida à deliberação do Plenário a matéria constante do item nº 2, que se acha em fase de votação.

É o seguinte o item cuja votação é adiada

— 2 —

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1981, que altera a redação do § 1º do artigo 153 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 50, de 1981-CN, da Comissão Mista, pela rejeição, com voto em separado do Senhor Deputado Eloar Guazelli.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.*)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 62

Está circulando o nº 62 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 326 páginas, apresenta as seguintes matérias:

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO	Pág.
Os enfoques universalista e regionalista no Direito Internacional — Pela Justiça Social Internacional — <i>Haroldo Valladão</i>	5
A denegação de justiça no Direito Internacional: doutrina, jurisprudência, prática dos Estados — <i>Antônio Augusto Cançado Trindade</i>	23
Democracia e representação — <i>A. Machado Pauperio</i>	41
Comunicação, Estado e Sociedade — <i>R. A. Amaral Vieira</i>	49
Trabalho e sistemas políticos — <i>Paulo A. N. Figueiredo</i>	55
Da responsabilidade do Prefeito pela não-promulgação das leis — <i>Rubem Nogueira</i>	101
Evolução das Leis do Inquilinato — <i>Luís Antonio de Andrade</i>	107
Índio — <i>Antônio Chaves</i>	117
Direito patrimonial da família no Projeto do Código Civil brasileiro e no Direito português — <i>Clovis V. do Couto e Silva</i>	133
Estudo comparativo entre o Código Civil e o Projeto de Código Civil de 1975 em matéria de regime de bens entre os cônjuges — <i>Fabio Maria de Mattia</i>	169
Alguns aspectos da obrigação alimentar — <i>Marco Aurelio S. Viana</i>	191
Da necessidade de nova intervenção do legislador para restabelecer a harmonia entre o Direito Civil e o Processo Civil — <i>Alcino Pinto Falcão</i>	211
Interpretação no Direito de Autor — <i>Carlos Alberto Bittar</i>	219
Algumas considerações sobre o capital estrangeiro (ilegalidade das discriminações sem base na lei federal) — <i>Arnoldo Wald</i>	259
Teoria finalista da ação — <i>Everardo da Cunha Luna</i>	265
Contencioso administrativo — <i>Edylcéa Nogueira de Paula</i>	271
Funcionário público — <i>Raimundo Viana</i>	281
Princípios gerais de Direito Agrário — <i>Igor Tenorio</i>	289
Breves notas sobre as origens da regra de inamovibilidade dos juízes no Direito francês — <i>Carlos Alberto Provençano Gallo</i>	297
INFORMÁTICA JURÍDICA	
Uma visão atualizada dos sistemas computarizados de informações jurídicas	305
PUBLICAÇÕES	
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas	319

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar, Brasília — DF ou pelo REEMBOLSO POSTAL

Preço: Cr\$ 30,00

SEGURANÇA NACIONAL

(edição 1980)

- Lei nº 6.620/78 — texto, índices sistemático e temático
- textos constitucionais e legislação ordinária
- A lei vigente comparada à legislação anterior
Anotações (opiniões e legislação correlata)
- Projetos em tramitação no Congresso Nacional
- Histórico da Lei nº 6.620/78

384 páginas

Preço: Cr\$ 250,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF
ou pelo REEMBOLSO POSTAL (CEP: 70160)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 10,00